

Sintego cobra demandas dos trabalhadores em audiência com Neyde Aparecida

Em sua segunda audiência com a secretária municipal de Educação de Goiânia, Neyde Aparecida, realizada na manhã do dia 18, o Sintego avançou em vários pontos da lista de reivindicações e demandas da categoria na rede municipal, dando seqüência à reunião ocorrida uma semana antes. Desta vez, foi entregue à secretária uma pauta com 14 temas considerados mais urgentes, como o reajuste do piso salarial, a aplicação da data-base, a questão do profuncionário e do plano de carreira dos administrativos.

PISO SALARIAL

Neyde Aparecida atendeu à reivindicação do Sintego quanto ao Piso Salarial dos professores e já começou o diálogo sobre o valor do índice de correção a ser aplicado no salário de janeiro. O Sintego cobra um índice de 21,71%, mas a secretária informou que pretende esperar o encaminhamento do MEC a respeito, o que só deve ocorrer nos próximos meses. O sindicato explicou que, independente de quando for aplicado reajuste, ele é retroativo a 1º de janeiro.

O Sintego também negocia para que o reajuste salarial dos administrativos tenha o mesmo índice aplicado ao vencimento dos professores, pois, caso contrário, a defasagem salarial entre os dois só aumentará. Neyde informou que uma comissão vai avaliar o impacto orçamentário do reajuste do Piso Salarial a partir desta semana.

Ainda sobre o tema, o Sintego cobrou que o reajuste não seja parcelado, como ocorreu no Estado, o que Neyde concordou. “A data base dos professores é em janeiro, então o reajuste tem de ser integral e retroativo a janeiro. Parcelar é prejudicar o trabalhador”, disse Iêda Leal, presidente do Sintego.



PLANO DE CARREIRA

Outro assunto discutido com profundidade na audiência foi a questão do plano de carreira dos administrativos. Muitas das pautas apresentadas durante a reunião demandam a aprovação do plano. No ano passado foi criada uma comissão para discutir e elaborar um projeto para ser votado na Câmara de Goiânia e sancionado pela Prefeitura. O projeto tem como base uma minuta desenvolvida pelo Sintego após levantamento aprofundado feito com a categoria.

Neyde concordou em apressar o trabalho dessa comissão e disse que a proposta do Sintego para unificar o plano de carreira dos administrativos e dos professores é uma ideia viável. “Ela pediu que o Sintego apresentasse os projetos dos planos unificados em outros municípios e Estados, para começar um estudo. Enquanto isso, vamos desenvolvendo com urgência o plano de carreira dos administrativos, para que estes profissionais tenham logo a chance de ver a carreira valorizada”, disse Sirlene Alves dos Santos, secretária

de assuntos dos administrativos do Sintego.

O Sintego explicou que a falta de um plano de carreira para os administrativos prejudica na progressão financeira dos trabalhadores e na valorização da carreira. Funcionários que fazem uma graduação na área em que trabalham, por exemplo, não recebem gratificação por isso, desmotivando-o.

“A falta de um plano que tire o administrativo do quadro geral e o coloque na Educação atrapalha também o desenvolvimento do projeto pedagógico das escolas, uma vez que vai contra o que acreditamos, que é o tratamento de todos os administrativos como educadores”, disse Iêda.

CONCURSOS E SUBSTITUIÇÕES

O Sintego cobrou a contratação de mais administrativos, principalmente para preencher as vagas nas unidades onde os trabalhadores estão sobrecarregados, e para permitir a possibilidade de substituição quando o trabalhador precisa se ausentar por doença ou estudos. “Quando um trabalhador se licencia, quem fica é

sobrecarregado e isso tem o efeito de acúmulo do serviço dentro das unidades, levando ao adoecimento em seu local de trabalho”, comentou lêda.

Neyde disse que pretende convocar todos os aprovados nos concursos realizados em 2007 e 2010, mas admitiu que não vai ser suficiente para atender toda a demanda.

REGÊNCIA

Foi pedido também na audiência que a gratificação por regência fosse estendida para os coordenadores de turno, o que será ainda avaliado pela secretaria. Outro assunto apresentado pelo Sintego e que a secretária ficou de estudar é a extensão do benefício do Difícil Acesso para todos os trabalhadores da Educação que necessitem de ajuda para se transportar da casa para o serviço.

CONTRA-CHEQUES

Uma reclamação antiga dos trabalhadores foi resolvida durante a reunião. O Sintego cobrou a volta da impressão dos contra-cheques. Neyde informou que todos os funcionários da rede podem pedir o documento em suas escolas ou na sede da secretaria, que ele será impresso. Segundo ela, muitos trabalhadores preferem consultar o contra-cheque pela internet. “Mas quem preferir vê-lo impresso, é só requisitar nas escolas que agora ele será imediatamente fornecido”, explicou lêda, após a audiência.

PROFUNCIONÁRIO

O Sintego reforçou o pedido para que o número de vagas no Profucionário fosse aumentado para os trabalhadores da rede municipal, devido à grande demanda. Na primeira vez que houve a oferta, foram abertas apenas 60 vagas. Agora, mais 80. O Sintego quer pelo menos mais 400. Segundo a secretaria, serão abertas em breve mais duas turmas, que juntas somarão 320. “O profucionário é um grande sucesso dentro da categoria porque além de proporcionar um aperfeiçoamento profissional oferece a chance de o trabalhador conquistar uma progressão financeira na carreira”, explicou Bia de Lima, tesoureira do Sintego, que participou da reunião.

JORNADA PEDAGÓGICA

Outro tema que tem a ver com o aperfeiçoamento profissional do trabalhador, a jornada pedagógica, também foi abordada no encontro. Será

criada uma comissão que vai elaborar um cronograma para que o projeto seja aplicado ainda no ano letivo de 2011. “A jornada pedagógica propicia aos trabalhadores, além da formação continuada, momentos de socialização e trocas de experiências das práticas educativas e reflexões das concepções político-pedagógicas vigentes na Rede Municipal”, comentou a secretária-geral do Sintego, Alba Lauria.

READAPTADOS

A presidente do Sintego pediu apoio da secretaria para liberar os funcionários interessados em participar do próximo encontro que o sindicato vai realizar, ainda neste semestre, com os readaptados de função. “Fizemos um no ano passado e o interesse foi muito grande. É um assunto que exige uma ampla discussão e o envolvimento do sindicato e da secretaria”, disse lêda.

DIRETRIZES E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

O Sintego cobrou a participação na discussão sobre as diretrizes do ano letivo de 2011, o que será atendido pela secretaria, e pediu que o projeto de escola integral fosse mais aprofundado, envolvendo os trabalhadores e os pais na discussão. “Criar uma escola em tempo integral sem estrutura, sem equipe com o tamanho necessário, sem um projeto amplo, não vai resolver, mas sim prejudicar o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Precisamos de um projeto que defenda a educação em tempo integral que nós, trabalhadores, acreditamos”, disse lêda.

DOBRAS RENOVADAS E OUTROS ASSUNTOS

A reunião serviu para que outros assuntos também fossem abordados, como a renovação das dobras e acréscimos dos professores que estão fazendo a reposição das aulas paradas em 2010 na rede municipal de Goiânia. A secretaria confirmou ao sindicato, após a direção apresentar esta demanda, que todas as dobras e acréscimos vão ser renovadas ainda em janeiro para que as reposições possam acontecer.

Na audiência foi discutida também a contratação de professores de educação física nos CMEIs, o limite de alunos por sala de aula, reformas nas escolas, ampliação das vagas nas unidades de ensino infantil e formas de solucionar problemas pontuais.

Sintego auxilia filiados a controlar dívidas por empréstimos

Desde o ano passado, o Sintego oferece aos trabalhadores da educação da rede estadual e das redes municipais de ensino em Goiás filiados ao sindicato o programa “Saúde Financeira”, que visa auxiliar aqueles que não conseguem quitar os empréstimos consignados. O trabalhador que se dirigir à assessoria jurídica do sindicato receberá consultoria e orientação. Se houver necessidade, o Sintego entra com um processo na Justiça.

A presidente do Sintego, lêda Leal, diz que o programa surgiu de uma demanda que o sindicato viu ser cada vez mais crescente e grave. “Nós percebemos que o servidor público do estado de Goiás está muito endividando, principalmente por causa dos baixos salários, e decidimos procurar uma forma para tentar ajudar a resolver este problema.”

Os trabalhadores da educação, por serem funcionários públicos, têm direito a fazer empréstimos consignados nos bancos, empréstimos estes que são descontados direto na folha de pagamento do servidor. Isso faz com que a procura pelo auxílio financeiro aumente e leva os trabalhadores ao endividamento, muitas vezes sem controle algum.

Para participar do programa, basta o filiado ir à sede do Sintego, na rua 236, número 230, no Setor Coimbra, em Goiânia, e procurar a assessoria jurídica do sindicato.